

Ata da 158ª Reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná - CEPHA, realizada em 26/08/2015.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, a partir das quatorze horas e trinta minutos, deu-se início à 158ª Reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná - CEPHA, na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Cultura-SEEC, situada na Ébano Pereira nº. 240, em Curitiba - Paraná. Estiveram presentes a essa reunião o Secretário de Estado da Cultura, João Luiz Fiani e os Conselheiros Titulares Carlos Hugo Rocha, Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro, Guilherme de Camargo Vasconcellos, José Antonio Peres Gediel, José La Pastina Filho, Laércio Brochier, Roberto Benghi Del Claro e Roseli Boschilia e os Conselheiros Consultores Ana Marcia Gonzáles, Antonio Liccardo, Dailey Fisher, Helenton Fanchin Taques da Fonseca, Henrique Paulo Schmidlin, Luiz Marcelo Bertoli de Matos e Pedro Luis Fuentes Dias. Justificaram a ausência os conselheiros Key Imaguire Junior, Robertson Ferreira de Azevedo, Eduardo Harder, Emerson Antonio de Oliveira e Maria Luiza Andreazza. Presentes também a essa reunião a Coordenadora do Patrimônio Cultural, Rosina Coeli Alice Parchen, Secretária Executiva deste Conselho, os arquitetos Milton de Chueri Karam e Carlos Garmatter Netto, o geógrafo Almir Pontes Filho, os historiadores Aimoré Arantes e Cristina Kluppel, a estagiária de arquitetura Mariana Antunes Sampaio, todos integrantes da equipe técnica da Coordenação do Patrimônio Cultural-CPC/SEEC, e a jornalista Karen Lisse Fukushima da Assessoria de Comunicação/SEEC. Presentes, como convidados: Eduardo Dalmora, Prefeito Municipal de Matinhos - PMM, David Antonio Pancotti, Chefe de Gabinete da PMM, Alfredo Parodi, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense-COLIT/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMA, José Luiz Scroccaro da Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos-CRHA/SEMA, Ana Cecília Novacki da Diretoria de Controle de Recursos Naturais-DIREN/Instituto Ambiental do Paraná-IAP, Davi Pierin do Paranacidade/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU, Gustavo Oliveira Borges da empresa CIA Ambiental e José da Silva Neto da Rádio Ativa FM de Matinhos-PR. O Secretário de Estado da Cultura abriu a reunião cumprimentando os conselheiros e os convidados presentes à reunião. Antes de se iniciar a reunião passou-se à eleição do vice-presidente, que por indicação do conselheiro José La Pastina Filho foi acatado o nome do conselheiro Celso Carneiro, que aceitou a função. Seguiu-se então a pauta da reunião com o **Primeiro Item – leitura e aprovação da ata da 157ª Reunião do CEPHA**, realizada em 15 de julho de 2015. A mesma havia sido encaminhada com antecedência a todos os conselheiros e, após as considerações, foi aprovada pelos mesmos. Devido à presença de representantes da Prefeitura de Matinhos e outros convidados, foi feita a inversão da pauta, ficando como **Segundo Item - Apresentação das definições sobre o “Projeto Paisagístico da Orla Marítima de Matinhos**. Após um breve relato sobre o andamento desta análise, a arquiteta Rosina Parchen passou a palavra para o arquiteto Carlos Garmatter Netto que apresentou aos conselheiros uma síntese do Parecer nº 01 da Câmara Técnica do CEPHA para o referido Projeto, destacando os principais itens, ainda em discussão, relativos às construções de quiosques de aproximadamente 500 m² sobre a areia e a plantação de 600 unidades, em 1,8 quilômetros do calçadão, da espécie exótica, *cocos nucifera*, popularmente conhecida como coco-da-baía. Após a apresentação o senhor David Pancotti solicitou a

palavra, para em nome da Prefeitura Municipal de Matinhos, expor aos conselheiros as argumentações da Prefeitura sobre o projeto, relatando que algumas solicitações da CPC/SEEC, tais como a redução da via de tráfego de automóveis, a redução da área do calçadão e a substituição dos acessos à praia por passagens elevadas sobre a restinga, já foram atendidas e estão sendo executadas. Que restam definições sobre as solicitações para plantar os coqueiros, a continuação da construção de dois dos quiosques de 500,00m² sobre a areia, por já estarem com as fundações executadas e que para que o piso em petit pavê siga a proposta do projeto. Fez a leitura de um documento que será anexado ao processo. O arquiteto Orlando Busarello, autor do Projeto Paisagístico, pediu a palavra para justificar proposta sob o argumento que este projeto foi contratado em 2009 pela PMM que, à época, as dunas não estavam tão aparentes, conforme a restituição aerofotográfica que foi utilizada para a proposta e que o projeto previu a plantação dos coqueiros entre as duas pistas, a de caminhada e a de ciclismo, para sombrear os usuários da área. Que os quiosques sobre a restinga e as dunas já foram eliminados do projeto, até como conceito, pois com a preservação da restinga o que se pretende é garantir a flora e a fauna locais. O conselheiro Celso Carneiro fez uso da palavra para registrar que a Orla Marítima de Matinhos é um bem de interesse cultural dos paranaenses e que o tombamento protege a paisagem. Que o Estudo de Impacto Ambiental-EIA e o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA analisam processos básicos para atender a preservação da natureza. Que é equivocado utilizar-se do EIA/RIMA para o trato de bem cultural. O projeto para os “*head lands*”, que obteve a aprovação do CEPHA, foi somente para as obras de engenharia, para o chamado “engordamento da orla”. Informou ainda que não há a permissão para se construir sobre a faixa de areia. O arquiteto Busarello pediu a palavra para registrar seu protesto à análise realizada pelos técnicos da Coordenação do Patrimônio Cultural ao seu projeto. O conselheiro Pedro Dias comentou que duas das questões são de fácil solução. Registrou que o processo de impacto ambiental é deficiente, pois não analisa a paisagem. Entende que os coqueiros estão espalhados por toda a orla brasileira; que a solução correta, para os acessos à praia, são as passagens elevadas sobre a restinga. Quanto aos quiosques seria necessário um pouco mais de tempo para a definição tendo em vista que o impacto é sobre a Paisagem, que é o que é protegido. O conselheiro Roberto Del Claro fez uso da palavra para esclarecer que na convocação para esta reunião não houve a expressa comunicação da matéria controversa e nesse sentido pede que seja realizada outra reunião para a deliberação. O investimento dos recursos públicos deve ser cautelosamente avaliado. O arquiteto Davi Pierin, do Paranacidade/SEDU pediu a palavra para informar que no EIA/RIMA há a menção ao paisagismo como componente do macrozoneamento e que a seu ver o coqueiro minimizará o impacto dos *head lands*. O Prefeito Municipal de Matinhos fez uso da palavra para informar aos conselheiros que quando assumiu, em 2009, não havia a restinga, que hoje ela está lá e que gostaria de saber se pode dar continuidade ao piso de petit pavê. Após todas as intervenções feitas, o Secretário da Cultura, João Luiz Fiani entende que deverá ser deliberado sobre o seguinte: que se discuta numa reunião extraordinária, após a análise e o parecer de um conselheiro relator, sobre os coqueiros e os quiosques. O conselheiro La Pastina manifesta-se sobre os quiosques argumentando que a implantação deles acabará com a visão da praia, pois esta paisagem é ambivalente. Entende que o comércio ambulante pode atender a população de veranistas. Que as passarelas em madeira são a solução para a transposição sobre a restinga e que deverão ser colocadas placas informativas sobre o que é restinga e porque preservá-la. O conselheiro

Guilherme Vasconcellos manifestou-se sobre a questão dos coqueiros, e tecnicamente falando, disse que os mesmos não são uma espécie invasora, e por este motivo não há restrição a eles no IAP; que a Prefeitura e o arquiteto Busarello já recuaram da idéia anterior de plantá-los na areia; que poderiam ser plantadas espécies nativas na área do calçamento compondo com a paisagem, como os jerivás e que o “cocos nucifera” tem frutos avantajados que poderão cair na cabeça das pessoas que por ali transitarão. O conselheiro Luiz Marcelo declarou que quando morou em Salvador havia placas alertando aos transeuntes para terem cuidado em não circular sob os coqueiros, pois há o risco da queda dos cocos. Acrescentou à sua informação que “nada é mais paisagem que o mar e o horizonte”. Que a implantação de quiosques além de destruírem a paisagem, desprestigiam os proprietários que ficam prejudicados na visualização da paisagem marítima. A conselheira Ana Márcia lembra que se há o impeditivo de se construir sobre a areia, não há o que se discutir. O conselheiro Helenton da Fonseca fez uso da palavra para lembrar que Caiobá e o nosso litoral não têm que se parecer com Miami, ou Balneário Camboriu ou mesmo Florianópolis. Que é proibido, por Lei, se construir na areia e que havendo a alternativa do jerivá, plantado em caixas de terra, atraindo passarinhos estará sendo preservada a identidade paranaense e estaremos dando uma lição de civilidade. O conselheiro Pedro Dias sugeriu que se faça um estudo sobre os jerivás. O conselheiro Gediel fez uso da palavra, primeiro para se apresentar e justificar a ausência na última reunião e questionou sobre banheiros ao longo da Orla. O arquiteto Garmatter informou que o que há no projeto são estruturas menores que não impactam na paisagem e são instaladas próximas à calçada. O conselheiro Celso Carneiro complementou afirmando que são estruturas que se vinculam ao passeio e quanto aos coqueiros afirmou que as matas de restingas do Paraná contêm espécies de Palmáceas, sendo assim abre-se a possibilidade de se usar coqueiros que sejam espécies daqui. Acatando a sugestão do conselheiro Roberto Del Claro, o Secretário da Cultura e presidente deste Conselho define que será encaminhado o material para o Conselheiro Celso Carneiro que produzirá um Parecer e será marcada uma reunião extraordinária para se discutir os assuntos específicos relativos aos quiosques e aos coqueiros. Agradeceu a presença dos convidados. Após um intervalo, seguindo-se a pauta o **Terceiro Item - Consulta sobre a abertura do Processo de Tombamento dos “Apertados”, no Rio Piquiri**. O geógrafo da CPC, Almir Pontes Filho fez a apresentação das imagens dos Apertados, comentando sobre o abaixo-assinado que foi encaminhado à CPC em 2014 e contextualizando a importância histórica e beleza paisagística do local. A historiadora Cristina Klüppel, da CPC manifestou-se relatando uma síntese histórica relativa ao Apertados citando viajantes do século XIX que já descreviam a beleza e a importância do local para o Paraná. Almir informou que em março de 2014 foi produzido o EIA/RIMA para uma represa sobre os Apertados na qual também atingiria o Salto Paiquerê, localizado no Rio Goioerê, afluente do Rio Piquiri. O conselheiro Laércio Brochier manifestou-se citando que como arqueólogo e geólogo vê nesta região uma singularidade, pois a ocupação espanhola se deu no sentido oeste e no sentido contrário. Levantamento da “Ciudad Real” mostra as ocupações indígenas. São relações que estão envolvidas à montante e à jusante. Vê sob o ponto de vista da arqueologia a pertinência desse tombamento. Mostrou-se favorável a um diagnóstico mais apurado e afirmou que este assunto faz parte de um conjunto maior. Almir Pontes complementa dizendo que esta forma de pensar o ambiente é muito mais complexa. O conselheiro Pedro Dias perguntou se já houve um estudo arqueológico e que se já houver deve-se fazer chegar ao empreendedor

que no caso é a COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Sugeriu convidar o empreendedor para expor o projeto aos conselheiros. Ana Cecília Novacki da DIREN/IAP pediu a palavra para informar aos conselheiros que já foi realizada audiência pública em atendimento ao Plano Estratégico do Governo Federal de Produção de Energia Elétrica, mas que até o momento o IAP não emitiu nenhum parecer. O conselheiro La Pastina manifestou-se para informar que a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN/PR ao receber o processo relativo à arqueologia manifestou-se favorável à continuidade do projeto e fez a leitura do Ofício 398/2012- SR IPHAN PR. Fez ainda considerações sobre o fato de que se for usado todo o potencial das cachoeiras do Paraná poder-se-á legar às gerações futuras não mais conhecerem os rios e suas corredeiras e cachoeiras. Que o grande crime já realizado foi o afogamento das Sete Quedas e por fim manifestou-se favorável à abertura do processo de tombamento dos Apertados e desta forma se produzir um estudo mais aprofundado com um levantamento exaustivo do rio até para se deixar estas informações às gerações futuras. O conselheiro Antonio Liccardo declara que para ele o que está em risco em termos culturais é se dar o devido valor ao que é aquela Paisagem e sua importância cultural. Também se manifestou favorável à abertura do processo de tombamento. O conselheiro Laércio disse da sua experiência com os EIAs e que a materialidade do sítio arqueológico é perdida. Citou a importância de “criar elos”. O conselheiro Celso Carneiro manifestou-se dizendo que quando se põe o tombamento de um bem com singularidade paisagística este CEPHA deve considerar a preservação da qualidade da paisagem dos paranaenses. Considerou fundamental abrir um campo de conversação por se tratar de uma questão de política pública e considerou por fim que abrir o processo de tombamento é a possibilidade de abertura de um campo de conversação. O conselheiro Pedro Dias complementou dizendo que o empreendimento provocou o Ministério Público a provocar a comunidade a provocar o tombamento. Deste modo é preciso estabelecer o contraditório. Há alternativa de implantação e de tornar o uso múltiplo, perguntou. Por fim sugeriu que sejam iniciadas conversas antes da abertura do processo de tombamento e que a COPEL seja chamada. O conselheiro Helenton concordou que é mais democrático chamar e ouvir, depois abrir o processo considerando o que foi informado pelo IAP que o processo de licenciamento está longe de ser decidido. Decidiu-se pela criação de um grupo de trabalho que será composto pelos que puderem dispor de tempo e se interessarem em contribuir. De início já houve a adesão dos seguintes conselheiros: Celso Carneiro, José La Pastina Filho, Pedro Dias e Guilherme Vasconcellos. Devido ao adiantado da hora e não havendo mais tempo para apresentações, **ficaram para uma próxima reunião ordinária do CEPHA os outros dois itens previstos na pauta desta reunião: 1) Apresentação de solicitação sobre a “Implantação da PR 340, ligação da BR 277/Antonina”, para consulta e manifestação do CEPHA e 2) Apresentação do “Projeto de Implantação de Área de Lazer – Bosque Gomm”, desenvolvido pela SMMA/PMC, em análise na CPC, para consulta e referendun do CEPHA para a análise técnica elaborada pela CPC.** Nada mais havendo a constar, encerrou-se a reunião e eu Rosina Coeli Alice Parchen, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais Conselheiros presentes.